



ACÓRDÃO Nº319/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11454/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** SPA Joventina Dias
- 4- **Advogados:** Não possui.
- 5- **Exercício:** 2016.
- 6- **Responsáveis:** Srs. Marcos Paulo Vieira Melo e Marcio Rafael Rodrigues, Ordenadores de Despesa.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1392/2018-MPC-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls.408/416).
- 9- **Relator:** Auditor Mário José De Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. SPA Joventina Dias. Exercício de 2016.

Irregularidade. Regularidade. Multa. Quitação. Determinação. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da Proposta de Voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- Julgar Irregular** as contas do Serviço de Pronto Atendimento - SPA JOVENTINA DIAS, sob a responsabilidade do **Sr. Marcos Paulo Vieira Melo** – Diretor Geral durante o período de 01/01/2016 a 30/11/2016, nos termos do art. 22, inciso III, alíneas “b”, da Lei nº 2.423/1996, em virtude de:
- 10.1.1-** permanência de restos a pagar (Nota de Empenho de Número 00203, 26/11/2012 - J N INSTALACOES LTDA ME) referentes ao exercício de 2012;
 - 10.1.2-** divergências em conciliações bancárias;
 - 10.1.3-** fracionamento de despesas;
 - 10.1.4-** realização de despesas desprovidas de processo de dispensa, inexigibilidade ou licitação;
 - 10.1.5-** consignações pendentes de pagamentos no valor de R\$ 56.184,53;
 - 10.1.6-** não efetivação de pagamento de depósitos não judiciais no valor de R\$ 4.835,11;
 - 10.1.7-** ausência de declaração de bens atualizada dos agentes públicos em suas respectivas pastas;
 - 10.1.8-** e ausência de termo de responsabilidade em relação aos



ACÓRDÃO Nº319/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

bens patrimoniais da unidade gestora;

- 10.2- Julgar Regular** as contas do Serviço de Pronto Atendimento - SPA JOVENTINA DIAS, sob a responsabilidade do **Sr. Marcio Rafael Rodrigues** – Diretor Geral durante o período de 01/12/2016 a 31/12/2016, nos termos do art. 22, I, da Lei nº 2.423/1996;
- 10.3- Aplicar Multa** com fundamento no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c art. 308, VI, do RI-TCE/AM, ao **Sr. Marcos Paulo Vieira Melo** no valor de **R\$ 8.768,25** que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ em virtude das improbidades apontadas no item 1 desta conclusão. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;
- 10.4- Dar quitação** ao **Sr. Marcio Rafael Rodrigues** com fundamento no art. 23 da Lei n.º 2.423/96;
- 10.5- Determinar** à DICREX, em caso de não recolhimento da multa no prazo estipulado, a autuação de cobrança executiva em desfavor do **Sr. Marcos Paulo Vieira Melo**;
- 10.6- Notificar** os responsáveis, **Srs. Marcio Rafael Rodrigues e Marcos Paulo Vieira Melo**, sobre o desfecho atribuído a estes autos e atual gestão do SPA Joventina Dias, a fim de que as restrições identificadas neste feito sejam evitadas, em especial o fracionamento de despesas e realização de contratações desprovidas de processo de dispensa de licitação, inexistência ou licitação.

11- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 16 de Maio de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mário Manoel Coelho de Mello

11.1- Auditor Presente e relator: Mário José De Moraes Costa Filho

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

MARIO JOSE DE MORAES COSTA FILHO

Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral